

FICHA TÉCNICA

Título original: *The Great Escape – Health, Wealth, and the Origins of Inequality*

Autor: *Angus Deaton*

Copyright © 2013 by Princeton University Press

Todos os direitos reservados

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2016

Tradução: *Manuel Alberto Vieira e Alberto Gomes*

Revisão técnica: *Carlos Braga*

Revisão de texto: *Carlos Jesus / Editorial Presença*

Imagem da capa: *Shutterstock*

Capa: *Vera Espinha / Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

1.ª edição, Lisboa, maio, 2016

Depósito legal n.º 408 772/16

Reservados todos os direitos
para a língua portuguesa (exceto Brasil) à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 BARCARENA

info@presenca.pt

www.presenca.pt

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida sob qualquer forma ou meio, eletrónico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou armazenamento de informação, sem o consentimento prévio, por escrito, do proprietário.

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO — De Que Trata Este Livro	19
1 O Bem-Estar no Mundo	43

PARTE I — VIDA E MORTE

2 Da Pré-História a 1945	81
3 A Evasão à Morte nos Trópicos	127
4 A Saúde no Mundo Moderno	154

PARTE II — DINHEIRO

5 O Bem-Estar Material nos Estados Unidos	201
6 A Globalização e a Maior Evasão	256

PARTE III — AJUDA

7 Como Ajudar os Que Ficaram para trás	307
POSFÁCIO — O Que Nos Reserva o Futuro?	371
NOTAS	377

PREFÁCIO

A Grande Evasão é o título de um filme que conta a história de um grupo de homens que foge de um campo de prisioneiros de guerra durante a Segunda Guerra Mundial. *A Grande Evasão* que serve de tema ao presente livro diz respeito ao esforço da humanidade para escapar à privação e à morte prematura, à maneira como as pessoas foram capazes de melhorar as suas vidas e abriram desse modo caminho a todos quantos se lhes seguiram.

Uma dessas vidas foi a do meu pai. Leslie Harold Deaton nasceu em 1918, em Thurcroft, uma aldeia mineira na região carbonífera do Sul do Yorkshire caracterizada por uma vida dura. Os seus avós, Alice e Thomas, haviam abdicado do trabalho agrícola na esperança de conseguirem melhor sorte na nova mina. O filho mais velho deles, o meu avô Harold, foi combatente na Primeira Guerra Mundial, regressou ao trabalho no «poço» e, ao cabo de algum tempo, assumiu o cargo de supervisor. Quanto ao meu pai, estudar em Thurcroft entre as guerras afigurava-se uma tarefa difícil, pois o acesso ao liceu destinava-se a um número reduzido de jovens. Realizava trabalhos ocasionais na mina e, à semelhança dos outros rapazes, alimentava a ambição de um dia poder vir a trabalhar na superfície. Mas isso nunca chegou a acontecer; foi recrutado para o exército em 1939 e enviado para França como soldado da malfadada Força Expedicionária Britânica. Após esse fiasco, enviaram-no para a Escócia para receber formação militar num curso de comandos; aí conheceu a minha mãe e teve a «sorte»

de ser licenciado do exército depois de contrair tuberculose, sendo posteriormente enviado para um sanatório. E digo «sorte» porque a incursão de comandos na Noruega foi um fracasso, e é quase certo que teria morrido caso tivesse participado. Foi desmobilizado em 1942 e casou-se com a minha mãe, Lily Wood, filha de um carpinteiro residente na cidade de Galashiels, no Sul da Escócia.

Embora privado do ensino liceal no Yorkshire, Leslie frequentara um estabelecimento de ensino noturno onde aprendera competências de agrimensura bastante úteis à exploração mineira e, em 1942, numa altura em que a mão de obra escasseava, essas competências fizeram dele um candidato bem colocado para assumir a função de moço de recados numa firma de engenheiros civis em Edimburgo. Decidido a abraçar o desígnio de ele próprio vir um dia a ser engenheiro civil e movido por uma forte determinação, começou praticamente do zero e dedicou uma década de trabalho árduo ao seu propósito, até finalmente ficar habilitado a exercer a profissão que almejava. Fez as disciplinas à custa de um enorme esforço, em especial Matemática e Física; a instituição de ensino noturno que frequentou — atualmente a Universidade Heriot-Watt, em Edimburgo — enviou-me recentemente os resultados dos seus exames, e não há dúvida de que aquilo que conseguiu foi alcançado a custo. Conseguiu emprego como engenheiro numa rede de abastecimento de água no condado de Scottish Borders e comprou a pequena casa de campo onde vivera a avó da minha mãe e onde, a fazer fé no que se conta, Sir Walter Scott era visita ocasional em tempos idos. Para mim, sair de Edimburgo — com a sua fuligem e clima miserável — para uma aldeia no campo — com os seus bosques, colinas e ribeiros de trutas, e, no verão de 1955, a infundável sucessão de dias soalheiros — foi uma espécie de grande evasão.

Num comportamento típico de quem passou por dificuldades, o meu pai tratou de fazer tudo ao seu alcance para garantir que eu teria uma vida melhor do que a sua. Não sei como, conseguiu convencer os meus professores a prepararem-me, em contexto extracurricular, para o exame de obtenção de uma bolsa de estudos numa prestigiada escola pública (isto é, privada) de Edimburgo,

e acabei por ser um dos dois rapazes a consegui-la nesse ano; o valor da propina anual era superior ao salário do meu pai. Depois disso fui para Cambridge estudar Matemática e, mais tarde, tornei-me professor de Economia, inicialmente no Reino Unido e depois na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. A minha irmã tirou um curso superior na Escócia e tornou-se professora. Num universo de catorze primos, fomos os únicos que estudámos na universidade e, como é óbvio, nenhum dos meus familiares da geração anterior tivera oportunidade de o fazer. Os dois netos de Leslie vivem nos Estados Unidos. A minha filha é sócia numa próspera firma de gestores financeiros em Chicago e o meu filho é sócio num fundo especulativo de sucesso em Nova Iorque. Ambos tiveram acesso a uma educação rica e diversificada na Universidade de Princeton — incomparavelmente superior em termos de aprofundamento de conteúdos, leque de oportunidades e qualidade de ensino em comparação com a experiência insípida e tacanha que vivi em Cambridge nos meus tempos de estudante. Ambos têm um nível de vida que ultrapassa largamente qualquer expectativa que Leslie pudesse ter — apesar de ter vivido o tempo suficiente para testemunhar uma parte substancial dessa prosperidade, e ter ficado agradado com isso. Os bisnetos dele vivem num mundo de riqueza e oportunidade que, no contexto da região carbonífera do Yorkshire, não passaria de uma fantasia inverosímil.

A evasão do meu pai para longe de Thurcroft é um exemplo daquilo que o presente livro trata. Não nasceu na miséria extrema — embora, à luz dos padrões de hoje, muitos possam achar que sim —, mas terminou a sua vida na condição de relativa abastança. Não tenho números relativos às aldeias mineiras do Yorkshire, mas em cada mil crianças nascidas em Inglaterra no ano de 1918, mais de cem não chegavam ao quinto aniversário, e os riscos seriam certamente mais elevados em Thurcroft. Hoje, as crianças nascidas na África subsariana têm uma probabilidade de sobrevivência até aos cinco anos superior à das crianças inglesas nascidas em 1918. Leslie e os pais sobreviveram à grande pandemia de gripe de 1918-19, apesar de o pai ter morrido ainda jovem, atropelado no interior da mina por uma vagoneta desgovernada. A mãe do meu

pai também morreu nova, vítima de uma infecção na sequência de uma apendicectomia. No entanto, Leslie, apesar do seu encontro com a tuberculose — a Capitã da Morte — em tenra idade, viveu até aos noventa anos. Os seus bisnetos têm boas hipóteses de chegar aos cem.

Os níveis de vida são hoje consideravelmente superiores do que há um século, assim como é significativamente superior o número de pessoas que escapam à morte na infância e vivem o tempo suficiente para desfrutar dessa prosperidade. Quase um século depois do nascimento do meu pai, apenas cinco em cada mil crianças britânicas não sobrevivem aos primeiros cinco anos de vida, e mesmo que o número seja um pouco superior no que resta da região carbonífera do Yorkshire — a mina de Thurcroft ficou inoperacional em 1991 —, ainda assim corresponde a uma ínfima fração do registado em 1918. A oportunidade de ter acesso à educação, algo tão difícil para o meu pai, é tida como um dado adquirido. Mesmo na minha geração, o número de jovens britânicos que ingressavam na universidade era inferior a um em cada dez, contrariamente à realidade atual, em que a maioria possui algum tipo de instrução superior.

A evasão do meu pai, e o futuro que construiu para os filhos e os netos, não é uma história invulgar — embora esteja longe de refletir uma realidade universal. Foram muito poucas as pessoas da geração de Leslie criadas em Thurcroft que obtiveram uma qualificação profissional. Entre elas, por exemplo, contam-se as irmãs da minha mãe e os seus maridos. O irmão dela e a respetiva família emigraram para a Austrália na década de 1960, numa altura em que, à custa da acumulação de vários trabalhos, a capacidade de conseguirem juntar apenas o suficiente para comerem se dissipou no seguimento do fechamento da linha ferroviária que atravessava o condado de Scottish Borders. Os meus filhos encontram-se numa situação financeira bastante favorável e estável, mas são extraordinariamente afortunados, tal como nós; são muitos os filhos de pessoas instruídas e abastadas que sentem enormes dificuldades em manterem o mesmo nível de vida dos pais. Para muitos dos nossos amigos, o futuro dos filhos e a educação dos netos são fonte de constante preocupação.

E aqui reside o outro lado da história. Embora o meu pai e a sua família tenham vivido mais tempo e prosperado no contexto de uma população que, em média, vivia mais tempo e prosperava, nem todos se moveram com o mesmo grau de motivação ou dedicação do meu pai, de modo que não tiveram a mesma sorte. Ninguém trabalhou tão arduamente como o meu pai, mas a sorte que teve também foi um fator importante — a sorte de não se contar entre aqueles que morreram ainda crianças, a sorte de a guerra o ter salvado do destino na mina, a sorte de não ter participado na malograda incursão de comandos, a sorte de não ter morrido de tuberculose e a sorte de ter conseguido emprego num mercado de trabalho fácil. As evasões deixam pessoas para trás, e a sorte favorece uns em detrimento de outros — cria oportunidades, mas nem todos estão devidamente preparados ou possuem a determinação necessária para as agarrar. De maneira que a história do progresso é também a história da desigualdade. E isso é especialmente notório nos dias de hoje, em que a maré de prosperidade nos Estados Unidos é contrária à distribuição equitativa da riqueza. Um grupo reduzido vive numa situação de extrema abundância enquanto muitos se veem numa posição de extrema dificuldade. Se olharmos para o mundo como um todo, vemos os mesmos padrões de progresso: os de evasão para alguns, e, para os restantes, a circunstância de serem deixados para trás num estado de extrema pobreza, privação, doença e morte.

Este livro debruça-se sobre a interminável dança entre progresso e desigualdade, concentrando-se na forma como o progresso cria desigualdade e também na maneira como a desigualdade pode, por vezes, ser útil — mostrando aos outros o caminho a seguir ou dando-lhes estímulos para alcançarem a posição desejada — e, outras vezes, inútil, quando aqueles que conseguiram evadir-se protegem as suas posições destruindo as vias de fuga atrás de si. Trata-se de uma história que já foi contada inúmeras vezes, mas pretendo contá-la através de uma nova perspetiva.

É fácil pensar na evasão à pobreza como algo que diz exclusivamente respeito ao dinheiro — ter mais e não viver na permanente angústia de não saber se amanhã o dinheiro chegará, temendo uma

eventual situação de emergência à qual não se tem como dar resposta e que ditará a ruína da família. O dinheiro é, sem dúvida, um elemento nuclear da história. Mas, igualmente importante, ou talvez ainda mais, é uma saúde melhor e o subsequente aumento da probabilidade de viver o tempo suficiente para aceder à oportunidade de prosperar. Pais que vivem no medo constante de que os seus filhos morrerão — e que convivem frequentemente com essa realidade —, ou mães que dão à luz dez filhos para que cinco consigam sobreviver até à idade adulta, refletem privações terríveis que agravam as preocupações financeiras que assolam muitas das pessoas inscritas num mesmo grupo. Ao longo da história — e também nos dias de hoje um pouco por todo o mundo —, a doença e a mortalidade na infância, a recorrente morbidade entre os adultos e a pobreza extrema foram visitas frequentes às mesmas famílias, vezes sem conta.

São muitos os livros que versam sobre a riqueza, e muitos outros os que tratam o tema da desigualdade. Da mesma maneira que não faltam livros dedicados à questão da saúde, e à análise de como saúde e riqueza andam de mãos dadas, sendo que as desigualdades na saúde espelham as desigualdades na riqueza. O que aqui proponho é contar ambas as histórias concomitantemente, arriscando-me a presumir que os demógrafos e os historiadores permitirão que um economista lhes invada o território. Todavia, a história do bem-estar humano, daquilo que faz com que a vida mereça ser vivida, será sempre incompleta se nos detivermos apenas numa parte do que é importante. *A Grande Evasão* não respeita as fronteiras das disciplinas académicas.

Foram imensas as dívidas intelectuais que acumulei ao longo da minha vida como economista. Richard Stone terá sido, porventura, a mais profunda de todas as influências; com ele aprendi a noção de medição — quão pouco podemos dizer sem ela e quão importante é sabermos usá-la na justa proporção. Com Amartya Sen aprendi a pensar sobre o que faz com que a vida mereça ser vivida e percebi a importância de estudarmos o bem-estar como um todo, não apenas algumas das partes que o constituem. A medição do bem-estar é o núcleo deste livro.

Os meus amigos, colegas e alunos foram de uma extrema generosidade ao disponibilizarem-se para lerem as versões não definitivas da totalidade ou de partes do volume. Em virtude das opiniões ponderadas e inteligentes que me transmitiram, o resultado final é incomensuravelmente melhor do que a primeira versão. Estou especialmente grato àqueles que, não partilhando das minhas visões, não se limitaram a criticar e a tentar dissuadir-me, mas se mostraram dispostos a elogiar-me e a concordar comigo sempre que julgaram pertinente. Estou grato a Tony Atkinson, Adam Deaton, Jean Drèze, Bill Easterly, Jeff Hammer, John Hammock, David Johnston, Scott Kostyshak, Ilyana Kuziemko, David Lam, Branko Milanovic, Franco Peracchi, Thomas Pogge, Leandro Prados de las Escosura, Sam Preston, Max Roser, Sam Schulhofer-Wohl, Alessandro Tarozzi, Nicolas van de Walle e Leif Wenar. O meu editor da Princeton University Press, Seth Ditchik, para além de me ter auxiliado no arranque deste projeto, foi uma ajuda constante e um bom conselheiro durante todo o processo.

Durante mais de três décadas, a Universidade de Princeton proporcionou-me um ambiente académico sem paralelo. O Instituto Nacional do Envelhecimento e o Instituto Nacional de Investigação Económica ajudaram a financiar o meu trabalho sobre saúde e bem-estar, e os resultados dessa investigação tiveram influência neste livro. Foram muitas as vezes que trabalhei com o Banco Mundial, uma instituição financeira que se vê constantemente confrontada com problemas práticos de carácter urgente e me ajudou a saber distinguir as questões verdadeiramente importantes das que não o são. Nos últimos anos, tenho trabalhado como consultor da empresa de pesquisa de opinião Gallup; foi pioneira no capítulo da investigação sobre o bem-estar, e parte da informação que reuniu figura na parte inicial do livro. Estou grato a todos quantos nela trabalham.

Por fim — e mais importante —, Anne Case leu cada palavra do manuscrito pouco depois de ter sido escrito, e muitas vezes mais em fases posteriores. É responsável por inúmeros aperfeiçoamentos ao longo de todo o texto, e sem o seu inesgotável encorajamento e apoio o presente livro não teria sido possível.

INTRODUÇÃO

DE QUE TRATA ESTE LIVRO

A vida é hoje bem melhor do que em praticamente qualquer período da história. Há mais pessoas ricas e menos a viver em condições de pobreza extrema. As vidas são mais longas e os pais já não têm de assistir à morte de uma quarta parte dos filhos. No entanto, ainda há milhões de pessoas que se veem confrontadas com os horrores da miséria e da morte prematura. O mundo é tremendamente desigual.

Não raras vezes, a desigualdade é uma *consequência* do progresso. As pessoas não enriquecem todas ao mesmo tempo, do mesmo modo que o acesso imediato aos mais recentes meios destinados a salvar vidas — sejam eles água potável, vacinas ou novos medicamentos de prevenção de doenças cardiovasculares — não é comum a todos. E as desigualdades, por seu turno, afetam o progresso. O que pode ser bom: as crianças indianas apercebem-se do potencial da educação e também passam a frequentar a escola. No entanto, pode ser mau se os vencedores tentarem impedir que os outros lhes sigam o trajeto, fazendo desaparecer o escadote atrás de si: os recém-abastados poderão usar a sua riqueza para influenciar os políticos no sentido de restringirem o acesso ao ensino público ou aos serviços de saúde dos quais eles próprios não necessitam.

Este livro debruça-se sobre histórias que explicam de que modo é que as coisas melhoraram, como e porque é que o progresso ocorreu e a subsequente relação recíproca entre progresso e desigualdade.

A Grande Evasão: O Filme

A Grande Evasão, célebre filme sobre prisioneiros de guerra no contexto da Segunda Guerra Mundial, é inspirado nas proezas de Roger Bushell (no filme, Roger Bartlett, interpretado por Richard Attenborough), piloto da Força Aérea Real de origem sul-africana cujo avião foi abatido em território ocupado pelos alemães e que, depois de feito prisioneiro, fugiu repetidas vezes e foi consecutivamente recapturado.¹ Aquando da terceira tentativa, conforme é retratado no filme, 250 prisioneiros acompanharam-no na fuga através de túneis escavados a partir do campo de prisioneiros de guerra Stalag Luft III. O enredo centra-se na elaboração do plano de evasão, no engenho por detrás da construção de três túneis (Tom, Dick e Harry) e na improvisação e competências técnicas necessárias para a confeção de roupas civis e falsificação de documentos, tudo sob o olhar atento dos guardas. Todos os prisioneiros — à exceção de três — acabam por ser capturados e o próprio Bartlett é executado por ordem direta de Hitler. No entanto, o filme não coloca a ênfase no quase total fracasso desta evasão em particular, mas no insaciável desejo de liberdade que o homem acalenta, mesmo sob circunstâncias extraordinariamente difíceis.

De maneira que, de cada vez que falo em liberdade neste livro, refiro-me à liberdade de desfrutar de uma vida próspera e de realizar as coisas que façam com que ela mereça ser vivida. A ausência de liberdade equivale a pobreza, privação e uma saúde débil — uma conjugação que, durante muito tempo, foi a sina de grande parte da humanidade e ainda hoje é o destino de uma percentagem escandalosamente elevada da população mundial. Narrarei histórias de evasões repetidas deste tipo de prisão, explicarei como e porque é que aconteceram e debruçar-me-ei sobre o que sucedeu depois. O que aqui proponho é a narrativa do progresso material e fisiológico, do enriquecimento e da melhoria da saúde das pessoas, das evasões à pobreza.

Uma das expressões que figuram no subtítulo do presente volume, «as origens da desigualdade», resulta de uma reflexão sobre os prisioneiros de guerra que não conseguiram fugir. Todos os

prisioneiros poderiam ter permanecido onde estavam, mas, em vez disso, alguns escaparam, vários morreram, outros foram levados de volta para o campo, e houve ainda aqueles que nunca chegaram a arriscar a fuga. Isto define a natureza da maior parte das «grandes evasões»: nem todos conseguem concretizá-la. É um facto. Mas de forma alguma torna a fuga menos desejável ou menos admirável. No entanto, quando pensamos nas consequências da evasão, não devemos pensar apenas nos heróis do filme, mas também naqueles que foram deixados para trás no Stalag Luft III e noutros campos de prisioneiros de guerra. Porque haveríamos de dedicar-lhes a nossa atenção? O filme não o fez, isso é certo; não pertencem ao universo dos heróis e desempenham um papel secundário no enredo. Não existe nenhum filme intitulado *Os Grandes Esquecidos*.

Contudo, *devíamos* pensar neles. Afinal de contas, o número de prisioneiros de guerra nos campos alemães que não fugiram foi substancialmente superior ao número daqueles que se evadiram. É bem possível que tenham sido prejudicados pela fuga dos outros, sendo alvo de punições ou vendo os seus privilégios serem-lhes retirados. Não será difícil imaginar que, após cada fuga, os guardas terão adotado medidas cada vez mais rígidas de maneira a impedir novas tentativas. Terá a evasão de uns despertado nos companheiros de prisão o desejo de fugirem também? É bem provável que tenham aprendido alguma coisa das técnicas de fuga desenvolvidas pelos Grandes Evadidos, e com isso percebido os erros cometidos e descortinado uma forma de os evitar acaso arriscassem uma tentativa. Ou terão sido desencorajados pelas dificuldades ou pelo sucesso diminuto da Grande Evasão? Coloca-se ainda uma outra possibilidade: assaltados de inveja em relação aos evadidos e pessimistas relativamente às suas próprias probabilidades de êxito, terão sido acometidos pelos sentimentos de infelicidade e depressão, piorando ainda mais a situação no campo de prisioneiros.

Como acontece em todos os filmes de qualidade, há espaço para outras interpretações. A ideia de sucesso e o sentimento de júbilo associados à evasão quase se extinguem por completo no final do filme; para a maior parte dos evadidos, a liberdade de que gozam é apenas temporária. A fuga da humanidade à morte

e à privação começou há cerca de 250 anos e prolonga-se até aos dias de hoje. Todavia, nada nos diz que terá de continuar para sempre, e são muitas as ameaças — alterações climáticas, fracassos políticos, epidemias e guerras — que poderão ditar o seu fim. Com efeito, foram muitas as evasões pré-modernas em que a subida dos níveis de vida foi abruptamente interrompida precisamente por tais forças. Podemos e devemos celebrar os sucessos, mas não existe nenhum fundamento para um triunfalismo imponderado.

O Crescimento Económico e as Origens da Desigualdade

Grande parte dos episódios marcantes do progresso humano, incluindo aqueles comumente descritos como inteiramente benéficos, deixou atrás de si um legado de desigualdade. A Revolução Industrial, que teve início na Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX, inaugurou o crescimento económico responsável pela fuga de centenas de milhões de pessoas à privação material. A outra face dessa mesma Revolução Industrial corresponde àquilo que os historiadores designam por «Grande Divergência», que remonta à altura em que a Grã-Bretanha, acompanhada pouco depois pelo Noroeste da Europa e pela América do Norte, se afastou do resto do mundo, criando entre o Ocidente e o resto do mundo um enorme fosso que ainda hoje não foi colmatado.² A atual desigualdade global foi, em larga medida, gerada pelo sucesso do crescimento económico moderno.

Será errado pensarmos que, previamente à Revolução Industrial, o resto do mundo fora sempre pouco desenvolvido e desesperadamente pobre. Décadas antes de Cristóvão Colombo, a China mostrara-se suficientemente avançada e rica para enviar uma frota de enormes navios comandados pelo almirante Zheng He — em termos comparativos, autênticos porta-aviões que faziam as embarcações de Cristóvão Colombo parecerem barcos a remos — com vista a explorar o oceano Índico.³ E trezentos anos antes disso, a cidade de Kaifeng era uma fumarenta metrópole com um milhão

de almas cujas oficinas que vomitavam fumo de carvão queimado não pareceriam deslocadas no condado de Lancashire oitocentos anos depois. As tipografias produziam milhões de livros suficientemente baratos para serem lidos mesmo por pessoas provenientes de meios modestos.⁴ Contudo, tanto na China como noutras partes do globo, essas eras não conseguiram sustentar-se, e muito menos serviram de ponto de partida para uma prosperidade crescente. Em 1127, Kaifeng foi alvo de uma invasão de tribos da Manchúria às quais havia recorrido para formar aliança no contexto da guerra; quando se recruta aliados perigosos, é de toda a conveniência garantir que são bem pagos.⁵ O crescimento económico na Ásia vivia de constantes arranques e sucessivas interrupções, originadas por governantes gananciosos, guerras ou ambos.⁶ Só nos últimos duzentos e cinquenta anos é que o crescimento económico continuado de longo prazo nalgumas partes do mundo — mas não noutras — conduziu a fossos persistentes entre países. O crescimento económico tem sido o motor da desigualdade económica global.

A Revolução Industrial e a Grande Divergência contam-se entre as mais benignas evasões da história. Foram muitas as ocasiões em que o progresso de um país ocorreu à *custa* de outro. A Era do Império nos séculos XVI e XVII, que precedeu a Revolução Industrial e esteve na sua origem, beneficiou muitos em Inglaterra e na Holanda — os dois países que mais beneficiaram desse período conturbado. Em 1750, os trabalhadores de Londres e Amesterdão viram os seus salários subir comparativamente com os trabalhadores de Deli, Pequim, Valência e Florença; os trabalhadores ingleses podiam, inclusive, permitir-se alguns luxos, como a compra de açúcar e chá.⁷ No entanto, aqueles que foram conquistados e saqueados na Ásia, na América Latina e nas Caraíbas não só foram lesados nessa altura, como, em muitos casos, se viram à mercê de instituições económicas e políticas que os condenaram a séculos de pobreza e desigualdade.⁸

A atual globalização, à semelhança de globalizações anteriores, assistiu a um crescimento paralelo da prosperidade e da desigualdade. Países que há não muito tempo eram pobres, como a China, a Índia, a Coreia e Taiwan, tiraram proveito da

globalização e cresceram rapidamente, a um ritmo muito mais acelerado do que os atuais países ricos. Mas, ao mesmo tempo que isso aconteceu, afastaram-se de nações ainda mais pobres, muitas das quais em África, criando assim novas desigualdades. Enquanto uns se evadem, outros são deixados para trás. A globalização e as novas formas de fazer as coisas conduziram a um aumento continuado da prosperidade nos países ricos, apesar de as taxas de crescimento terem abrandado — não só comparativamente com os países pobres em franco crescimento, mas também com os números registados noutras épocas nos próprios países ricos. À medida que o crescimento foi abrandando, intensificaram-se os fossos entre as pessoas *dentro* da maior parte dos países. De um lado, temos um grupo reduzido de privilegiados que fez fortunas astronómicas e adota um estilo de vida que impressionaria os principais reis e imperadores de séculos passados; do outro, temos a maior parte das pessoas, cuja prosperidade material cresceu a um ritmo menor, sendo que nalguns países — entre eles os Estados Unidos — aqueles que se situam no patamar intermédio da distribuição do rendimento não se encontram em melhor situação financeira do que os seus pais. No entanto, como é evidente, estão numa situação incomparavelmente melhor do que gerações mais antigas; a verdade é que a evasão de facto aconteceu. Todavia, são hoje muitas as pessoas que têm boas razões para se preocuparem com a possibilidade de os filhos e os netos mais tarde relembrarem o tempo presente não como uma época de relativa escassez, mas como uma época áurea há muito perdida.

Se a desigualdade está subordinada ao progresso, determo-nos apenas no progresso médio ou, pior ainda, atentarmos unicamente no progresso dos bem-sucedidos é um erro crasso. A narrativa da Revolução Industrial costumava versar sobre o que acontecia nos países mais importantes, ignorando o resto do mundo — como se aí nada se passasse ou como se aí *nunca* se tivesse passado nada. Essa versão não só desprezava o grosso da humanidade como também ignorava os contributos involuntários daqueles que eram prejudicados ou, no melhor dos cenários, apenas deixados para trás. Não podemos descrever a «descoberta» do Novo Mundo

olhando somente para os seus efeitos sobre o Velho Mundo. Dentro dos países, a taxa média de progresso (aferível, por exemplo, pela taxa de crescimento do rendimento nacional) não nos dá qualquer indicação sobre se o crescimento é amplamente partilhado — como aconteceu nos Estados Unidos durante o quarto de século que se seguiu à Segunda Guerra Mundial — ou se se concentra num pequeno grupo de pessoas muito abastadas, como tem vindo a ser o caso nos últimos tempos.

A história que conto aqui é a do progresso material, uma história que *engloba* o crescimento e a desigualdade.

Não apenas o Rendimento, mas a Saúde também

O progresso na saúde tem sido tão impressionante quanto o progresso na riqueza. No passado século, a esperança média de vida nos países ricos aumentou trinta anos e continua a aumentar dois a três anos a cada década. As crianças que antes morreriam antes do quinto aniversário hoje vivem até à velhice, do mesmo modo que os adultos de meia-idade que em tempos teriam morrido de doenças cardiovasculares hoje vivem o suficiente para verem os netos crescer e entrar na faculdade. De entre todas as coisas que fazem com que a vida mereça ser vivida, os anos de vida adicionais contam-se seguramente entre as mais preciosas.

Também aqui o progresso originou desigualdades. A descoberta de que o tabaco mata salvou milhões de vidas nos últimos cinquenta anos. No entanto, foram os profissionais instruídos e mais ricos os primeiros a deixar o vício, abrindo desse modo um fosso entre ricos e pobres no plano da saúde. A descoberta de que os germes causam doenças remonta a 1900, aproximadamente, e os profissionais e as pessoas instruídas foram os primeiros a pôr esse conhecimento em prática. Há quase um século que sabemos utilizar corretamente vacinas e antibióticos para impedir a morte de crianças, mas ainda hoje cerca de dois milhões morrem a cada ano de doenças que podem ser prevenidas por vacinação. Em São Paulo ou em Nova Deli, os ricos são tratados nas mais avançadas

e modernas instalações médicas, ao passo que, a dois ou três quilómetros de distância, crianças pobres morrem de malnutrição e de doenças facilmente preveníveis. A explicação para um progresso tão desigual difere de caso para caso; a razão pela qual os pobres apresentam uma maior probabilidade de vir a fumar não é a mesma que explica porque é que tantas crianças pobres não são vacinadas. Esse aspeto será tratado mais adiante, mas, por agora, o que importa realçar é que o progresso na saúde cria discrepâncias na saúde, da mesma maneira que o progresso material cria discrepâncias nos níveis de vida.

Estas «desigualdades na saúde» representam uma das maiores injustiças do mundo atual. Sempre que novas invenções ou novos conhecimentos surgem, *alguém* tem de ser o primeiro a tirar benefícios disso, e as desigualdades que advêm da espera são um preço razoável a pagar. Seria absurdo desejar que o conhecimento em torno dos efeitos do tabagismo na saúde tivesse sido mantido em segredo de maneira a evitar novas desigualdades no plano da saúde. No entanto, os pobres continuam a apresentar uma probabilidade mais elevada de um dia virem a fumar, e as crianças que hoje morrem em África não teriam morrido em França ou nos Estados Unidos, mesmo há sessenta anos. Porque é que estas desigualdades persistem, e o que pode ser feito em relação a elas?

O presente livro debruça-se essencialmente sobre dois temas: os níveis de vida material e a saúde. Não são as únicas coisas que determinam uma vida próspera, mas são importantes em si mesmas e naquilo que representam. Uma análise conjunta da saúde e do rendimento permite-nos contornar um erro demasiado comum nos dias de hoje e que resulta do facto de o conhecimento ser especializado e cada especialidade ter a sua própria visão limitada do bem-estar humano. Os economistas centram-se no rendimento, os académicos na área da saúde pública centram-se na mortalidade e na morbidade e os demógrafos centram-se nos nascimentos, nas mortes e na dimensão das populações. Todos estes fatores contribuem para o bem-estar, mas nenhum deles é o bem-estar. A asserção é clara quanto basta, mas os problemas que levanta não são assim tão claros.

Os economistas — a tribo a que pertenço — entendem que as pessoas estão tanto melhor quanto mais dinheiro tiverem: uma visão válida, ainda que incompleta. Portanto, se um número reduzido de pessoas tiver imenso dinheiro e a maior parte tiver pouco ou nenhum — desde que não colocada numa situação de exclusão —, os economistas, de um modo geral, dirão que o mundo é um lugar melhor. E, de facto, a ideia da melhor situação possível, desde que ninguém seja lesado, apresenta-se como imensamente apelativa; chama-se a isso o ótimo de Pareto. Todavia, esta ideia perde completamente a força se o bem-estar for analisado com extremo rigor; as pessoas têm de estar numa situação melhor — ou não estar numa situação pior — no plano do *bem-estar*, não apenas no plano do nível de vida material. Se aqueles que enriquecem são alvo de um tratamento político favorável ou contribuem para a deterioração da saúde pública ou dos sistemas de educação pública de maneira a que os menos prósperos saiam a perder na política, na saúde ou na educação, então os menos prósperos poderão ter ganho dinheiro mas *não* estão numa situação melhor. Não se pode avaliar a sociedade, ou a justiça, concentrando a atenção exclusivamente nos níveis de vida. No entanto, os economistas insistem em aplicar incorretamente o argumento do ótimo de Pareto ao rendimento, ignorando outros aspetos do bem-estar.

Com certeza que também é um erro analisar a saúde, ou qualquer outra *componente* do bem-estar, por si só. Melhorar os serviços de saúde e garantir que todos quantos necessitem de cuidados médicos sejam tratados é, obviamente, positivo, mas não podemos definir prioridades na área da saúde sem atentarmos nos custos incorridos. Do mesmo modo que não devemos usar a longevidade como instrumento de medição do progresso social; viver num país onde a esperança média de vida é longa é melhor, mas não se o país em questão for uma ditadura totalitária.

O bem-estar não pode ser aferido sem se considerar a desigualdade, tal como não pode ser avaliado com base numa ou várias das partes que o constituem sem se olhar para o todo. Se este livro fosse bastante mais longo e o seu autor tivesse muitos mais conhecimentos, escreveria sobre outros aspetos relacionados com o bem-estar,

entre eles a liberdade, a educação, a autonomia, a dignidade e a participação ativa na sociedade. Mas refletir sobre saúde e rendimento no mesmo livro servirá, pelo menos, para evitarmos os erros resultantes da análise isolada de cada um desses aspetos.

O Que Determina o Progresso?

Poucos duvidarão de que os nossos antepassados gostariam de ter tido aquilo de que hoje dispomos caso lhes tivesse sido possível imaginar o mundo em que vivemos. E não há nenhuma razão para pensarmos que os pais estão, em tempo ou momento algum, preparados para ver os filhos morrer. Se duvidam das minhas palavras (e apenas enuncio um exemplo entre muitos), leiam a descrição que Janet Browne fez dos horrores por que passou Charles Darwin aquando da morte dos seus primeiros dois filhos.⁹ O desejo de evasão está sempre presente. Todavia, o desejo nem sempre é cumprido. Novos conhecimentos, novas invenções e novas formas de fazer as coisas são os elementos nucleares do progresso. Por vezes, a inspiração vem de inventores solitários que criam algo completamente diferente. Mas o mais frequente é as novas formas de fazer as coisas resultarem de um outro fator; por exemplo, a leitura disseminou-se quando foi imposto aos protestantes que lessem a Bíblia. Mas mais frequente ainda é o ambiente social e económico criar inovações em resposta à necessidade. No seguimento do sucesso que conheceu na Era do Império, a Grã-Bretanha gerou salários elevados, e esse aspeto, conjugado com a abundância de carvão, serviu de estímulo para inventores e fabricantes criarem novas coisas que ajudariam a precipitar a Revolução Industrial.¹⁰ O iluminismo britânico, marcado pela insaciável procura do autoaperfeiçoamento, propiciou a expansão de um terreno intelectual fértil propenso ao desenvolvimento dessas inovações.¹¹ As epidemias de cólera no século XIX serviram de pretexto para descobertas cruciais no âmbito da teoria microbiana das doenças. E a fortemente financiada investigação médica resultante da recente pandemia do VIH/sida permitiu a descoberta do vírus

e o desenvolvimento de medicamentos que, embora não curem a doença, aumentam significativamente a longevidade dos infetados. No entanto, são também vários os casos em que a inspiração nunca chegou a ocorrer, em que as necessidades e os incentivos não foram capazes de produzir uma solução mágica ou mesmo mundana. A malária tem fustigado os seres humanos desde há dezenas de milhares de anos — talvez até desde o princípio da história da humanidade —, todavia ainda não dispomos de um meio suficientemente abrangente de a prevenir ou tratar. A necessidade poderá ser a mãe da invenção, mas não há nada que garanta uma gravidez de sucesso.

A desigualdade também influencia o processo de invenção, para o melhor e para o pior. O sofrimento dos carenciados constitui uma força para descortinar novas formas de colmatar as disparidades, quanto mais não seja pelo facto de a existência de não carenciados demonstrar que a privação não precisa de existir. Um bom exemplo é a descoberta da terapia de reidratação oral nos campos de refugiados no Bangladeche na década de 1970; milhões de crianças acometidas de diarreia viram o risco de desidratação e possível morte resolvido por um tratamento barato e de fácil produção. Mas também existe o reverso da medalha. Há interesses poderosos que têm muito a perder com as novas invenções e as novas formas de fazer as coisas. Os economistas veem as eras de inovação como ondas de «destruição criativa». Os novos métodos aniquilam os métodos anteriores, destruindo as vidas e os meios de subsistência daqueles que dependiam da anterior ordem. A globalização atual lesou muitos desses grupos; a importação de bens mais baratos equivale a uma nova forma de os fabricar, determinando o infortúnio de todos quantos ganhavam a vida produzindo-os no seu país. De entre aqueles que saem a perder ou que receiam poder vir a ser prejudicados, contam-se alguns indivíduos politicamente influentes que podem interditar ou abrandar a implementação das novas ideias. Os imperadores da China, preocupados com a ameaça que os mercadores representavam para o seu poder, interditararam, em 1430, as viagens marítimas de longo curso para que as explorações do almirante Zheng He fossem um fim, não um princípio.¹²

Analogamente, Francisco I da Áustria proibiu oficialmente a construção de vias-férreas em virtude do potencial que tinham para desencadear uma revolução e, desse modo, ameaçar o seu poder.¹³

Por que Razão É a Desigualdade Importante?

A desigualdade pode estimular ou inibir o progresso. Mas tem importância em si mesma? Não há um consenso a este respeito: o filósofo e economista Amartya Sen sustenta que, mesmo entre os muitos que acreditam nalguma forma de igualdade, são múltiplas as visões sobre o *que* deverá ser colocado no plano da igualdade.¹⁴ Alguns economistas e filósofos defendem que as desigualdades de rendimento são injustas, a menos que se imponham como necessárias a um propósito maior. Por exemplo, se um governo decidisse assegurar o mesmo rendimento a todos os cidadãos, poderia dar-se o caso de as pessoas optarem por trabalhar muito menos de maneira a colocar os pobres na circunstância de se verem numa situação ainda pior do que num mundo onde é permitido um certo grau de desigualdade. Outros há que colocam a ênfase na igualdade de oportunidades e não tanto na igualdade de rendimentos, embora sejam muitas as versões sobre o conceito de igualdade de oportunidades. No entanto, há quem veja a equidade em termos de proporcionalidade: o que cada pessoa recebe deverá ser proporcional ao que contribui.¹⁵ Se nos detivermos nesta visão de equidade, será fácil concluir que a *igualdade* de rendimentos é iníqua na medida em que pressupõe uma redistribuição do rendimento em função dos mais ricos e dos mais pobres.

Neste livro, concentro-me nos efeitos da desigualdade, na tentativa de perceber se é benéfica ou prejudicial e na relevância dos diferentes tipos de desigualdade. A sociedade beneficia do facto de ter uma minoria de pessoas muito ricas e uma vasta maioria que não o é? E, não sendo esse o caso, a sociedade beneficia das regras e instituições que permitem a alguns a acumulação de uma riqueza consideravelmente superior à dos restantes? Ou será que os ricos acabam sempre por lesar todos os outros, nomeadamente

ao condicionarem a influência dos não ricos na forma como a sociedade é gerida? As desigualdades na saúde assemelham-se às desigualdades no rendimento ou são de algum modo diferentes? São sempre injustas ou poderão por vezes servir um bem maior?

Um Mapa dos Assuntos Tratados

O objetivo do livro consiste na proposta de uma explicação da riqueza e da saúde em todo o mundo, concentrada no tempo presente mas revisitando o passado para uma melhor compreensão do caminho que nos trouxe ao ponto em que hoje nos encontramos. O primeiro capítulo constitui uma visão geral introdutória. Apresenta uma imagem do mundo tirada a partir do espaço: um mapa dos territórios onde a vida é próspera e dos territórios onde não o é. Documenta um mundo que registou um progresso tremendo no que à diminuição da pobreza e da mortalidade diz respeito, mas também um mundo de diferenças — de profundas desigualdades nos níveis de vida, nas oportunidades que a vida apresenta e no bem-estar.

Os três capítulos da Parte I são dedicados à saúde. Debruçam-se sobre o modo como o passado moldou a saúde atual, explorando os motivos pelos quais as centenas de milhares de anos que o homem viveu enquanto caçador-recoletor são relevantes para a compreensão da saúde nos dias de hoje, e explicam as razões pelas quais a revolução da mortalidade — iniciada no século XVIII — definiu padrões que se repercutem nos atuais avanços no campo da saúde. A introdução da agricultura, ocorrida entre sete e dez mil anos atrás, possibilitou o aumento da oferta de alimentos, mas também ocasionou novas doenças e novas desigualdades resultantes da substituição dos grupos igualitários de caçadores-recoletores por parte dos Estados hierárquicos. Na Inglaterra do século XVIII, a globalização promoveu a criação de novos medicamentos e tratamentos que salvaram muitas vidas — mas sobretudo as daqueles que tinham capacidade económica para a eles aceder. Apesar de os novos métodos terem acabado por contribuir, a longo prazo, para uma diminuição da taxa de mortalidade global, a aristocracia foi

a primeira classe a beneficiar da oportunidade de uma vida mais longa, criando desse modo um fosso em relação aos demais. Em finais do século XIX, o desenvolvimento e a aceitação da teoria microbiana das doenças abriu espaço a um novo progresso colossal, mas também originara um novo fosso de enormes proporções — a disparidade de oportunidades entre aqueles que nascessem em países ricos e aqueles que nascessem em países pobres.

A história por mim narrada diz respeito à luta travada para salvar as vidas das crianças no mundo que foi deixado para trás. Trata-se de uma história de progresso, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial — um crescimento que começaria a colmatar o fosso que começara a ser criado no século XVIII. É uma história repleta de enormes sucessos, que explica de que forma os antibióticos, a desinfestação, as vacinas e a água potável salvaram milhões de crianças, para além de descrever períodos em que a esperança média de vida chegou a crescer ao ritmo aparentemente impossível de vários anos num só. O fosso entre o mundo rico e o mundo pobre no que à esperança média de vida diz respeito diminuiu, mas não desapareceu. Também houve terríveis reveses, incluindo a catastrófica Grande Fome Chinesa entre 1958 e 1961 e a recente epidemia de VIH/sida que, no caso de alguns países africanos, aniquilou três décadas de progresso no combate à mortalidade. No entanto, mesmo que não consideremos esses desastres, ainda há muito por fazer; são imensos os países que ainda não dispõem de sistemas de saúde em funcionamento permanente, são muitas as crianças que continuam a morrer apenas porque nasceram no país «errado» e ainda existem lugares — sendo o mais famoso, mas não o único, a Índia — onde metade das crianças vive num preocupante estado de subnutrição.

Uma das (boas) razões pelas quais o fosso entre ricos e pobres no plano da mortalidade ainda não se dissipou tem que ver com o facto de a mortalidade também estar a decair nos países ricos, mas de forma bastante distinta, beneficiando menos as crianças e mais os adultos. O último episódio da história da saúde diz respeito ao declínio da mortalidade nos países ricos, ao como e ao porquê de o desequilíbrio entre homens e mulheres no capítulo da esperança média de vida ter vindo a atenuar-se, ao papel (decisivo) desempenhado

pelo tabagismo e aos motivos pelos quais o grau de sucesso do combate às doenças cardiovasculares é significativamente superior ao do combate ao cancro. Uma vez mais, assistimos a um paralelismo entre progresso e desigualdades crescentes na área da saúde, à semelhança do que aconteceu na Grã-Bretanha em finais do século XVIII.

Os dois capítulos da Parte II versam sobre os níveis de vida material. Começarei por analisar os Estados Unidos, uma nação inegavelmente excepcional e não raras vezes extrema — por exemplo, no grau de desigualdade de rendimentos. No entanto, os aspectos que examinarei também se aplicam a outros países ricos. Depois da Segunda Guerra Mundial, o crescimento económico trouxe uma nova prosperidade aos norte-americanos, mas o crescimento foi registando um abrandamento progressivo, década após década, mesmo antes da Grande Recessão. O crescimento do pós-guerra ocasionou uma redução assinalável da pobreza, em especial entre a população afro-americana e os idosos, e a expansão da desigualdade foi bastante reduzida. Até ao início da década de 1970, os Estados Unidos eram o principal modelo de uma grande economia moderna. Mas, desde então, a história que foi definindo o país é marcada por um menor crescimento e uma maior desigualdade, sendo esta motivada sobretudo por um crescimento desenfreado dos rendimentos no topo da distribuição. No entanto, como sempre acontece, há um lado bom nessa desigualdade: as recompensas nas áreas da educação, da inovação e da criatividade são mais elevadas do que nunca. Mas os Estados Unidos são também um bom exemplo do lado obscuro, das ameaças políticas e económicas ao bem-estar provenientes da plutocracia.

Também analiso os níveis de vida no mundo como um todo. Eis a história daquela que terá sido, porventura, a maior evasão da história da humanidade, e seguramente a mais rápida: a redução da pobreza global desde a década de 1980. Grande parte dessa redução foi impulsionada pelo desempenho dos dois maiores países do mundo, a China e a Índia, onde o recente crescimento económico transformou as vidas de mais de mil milhões de pessoas. Essa queda da pobreza global contraria as quase unanimemente aceites previsões catastróficas da década de 1960, segundo as quais

a explosão populacional condenaria o mundo à privação e ao desastre. O mundo saiu-se bem melhor do que os pessimistas previam. No entanto, cerca de mil milhões de pessoas *ainda* vivem em extrema pobreza; embora muitos tenham escapado, muitos ficaram para trás.

A Parte III consiste num único capítulo: um epílogo no qual deixo de narrar histórias e defendo o que deve ser feito — e, mais importante, o que não deve ser feito. Acredito que nós — e quando digo «nós» refiro-me àqueles que tiveram a sorte de nascer nos países «certos» — temos a obrigação moral de ajudar a reduzir a pobreza e os problemas de saúde no mundo. Aqueles que se evadiram — ou que pelo menos escaparam graças à luta dos seus predecessores — devem ajudar aqueles que permanecem aprisionados. Aos olhos de muitas pessoas, esse dever moral é cumprido pela ajuda externa, pelos esforços dos governos nacionais (cuja maioria possui agências de ajuda oficiais), através de organizações internacionais como o Banco Mundial ou a Organização Mundial de Saúde, ou por via das milhares de organizações não governamentais que operam a nível nacional e internacional. Embora parte desta ajuda seja claramente benéfica — e, a meu ver, o argumento do auxílio para o combate a doenças como o VIH/sida ou a varíola é forte —, hoje acredito que a maior parte da ajuda externa causa mais mal do que bem. Se está a condicionar a possibilidade de os países crescerem, como acredito ser o caso, não faz sentido perpetuá-la com base no argumento de que «temos de fazer alguma coisa». O que devíamos fazer era pôr-lhe fim.

O Posfácio é uma conclusão que retoma os principais assuntos. Nele é perguntado se podemos esperar que a verdadeira Grande Evasão — contrariamente ao filme *A Grande Evasão* — tenha um final feliz.

Medir o Progresso, Medir a Desigualdade

Sempre que possível, sustento os meus argumentos com dados, e quase sempre com gráficos. O progresso não pode ser discutido coerentemente sem definições nem elementos concretos que sirvam

de suporte à argumentação apresentada. Com efeito, um governo esclarecido sem recolha de dados é uma impossibilidade. Há milhares de anos que os Estados procedem à contagem das suas populações — o recenseamento romano que obrigou Maria e José a deslocarem-se a Belém, cidade natal do segundo, é um exemplo célebre. A Constituição dos Estados Unidos obriga à realização de um recenseamento da população a cada dez anos; sem os censos, uma democracia justa não é possível. Ainda antes da criação do Massachusetts, em 1639, os colonos desta região impuseram a obrigatoriedade da contagem integral dos nascimentos e mortes; sem essas estatísticas fundamentais, a política de saúde pública é cega.

Um dos problemas com que os países pobres se veem atualmente confrontados na área da saúde tem que ver com a escassez de informação fiável sobre o número de pessoas que morrem, e mais ainda de dados relativos às causas das mortes. Não faltam números inventados e interpolados por agências internacionais, mas nem sempre existe a consciência global de que não constituem uma base apropriada para a implementação de políticas ou para ponderar ou avaliar a ajuda externa. A necessidade de fazer alguma coisa tende a sobrepor-se à necessidade de compreender o que precisa de ser feito. E, sem dados, qualquer pessoa que faça o que quer que seja poderá facilmente reclamar o sucesso da sua intervenção. À medida que for analisando as diferentes problemáticas que constam do livro, tentarei explicar aquilo que sustenta os meus números, qual a sua proveniência e quão críveis (ou incríveis) são. Procurarei igualmente expor argumentos convincentes que permitam perceber que os dados em falta são um escândalo que não está a merecer a atenção e o tratamento devidos.

A menos que compreendamos de que forma se chegou a um determinado número, e o que ele significa, corremos o risco de vermos problemas onde não os há, de deixarmos escapar necessidades urgentes e supráveis, de ficarmos indignados com fantasias enquanto os horrores reais nos passam ao lado e de recomendarmos políticas que são fundamentalmente erradas.

Felicidade Nacional e Rendimento Nacional

Grande parte deste livro versa sobre o bem-estar material, habitualmente medido com base no rendimento, na quantidade de dinheiro que as pessoas têm para gastar ou para poupar. O dinheiro deve ser sempre considerado em função do custo daquilo que as pessoas compram e, feita essa correlação, constitui um indicador razoável da capacidade que as pessoas têm de adquirir as coisas das quais o bem-estar material depende. No entanto, são muitos os que defendem que o rendimento é alvo de uma atenção excessiva. Uma vida próspera não se resume seguramente ao dinheiro, mas casos há em que quem advoga este princípio acredita que o dinheiro em nada contribui para melhorar a vida das pessoas, pelo menos a partir do ponto em que as necessidades básicas são satisfeitas.

Parte dos dados mensuráveis que suportam este argumento resultam de sondagens de opinião sobre felicidade que demonstram — ou, pelo menos, assim o dizem — que o dinheiro pouco ou nenhuma influência tem na felicidade das pessoas, à exceção daquelas que se encontram em situação de pobreza. Se isto corresponde à verdade, e se a felicidade é a forma mais apropriada de medir o bem-estar, então grande parte da minha argumentação cairia por terra. Portanto, será aconselhável começar por considerar a relação entre felicidade e dinheiro. Além de que essa discussão me permitirá apresentar e explicar uma forma específica de fazer gráficos que utilizarei ao longo de todo o livro.

Nas sondagens de opinião, muitas vezes é perguntado às pessoas como lhes corre a vida: a título de exemplo, é-lhes solicitado que descrevam o grau de satisfação que sentem em relação à vida em geral. É comum referirem-se a estes dados como indicadores de «felicidade», embora não seja difícil pensar numa série de exemplos em que pessoas infelizes acreditam ter uma vida plena ou vice-versa. De facto, como mais à frente veremos, confundir satisfação e felicidade é um erro grave; a primeira consiste numa apreciação genérica da vida que assenta na ponderação, ao passo que a segunda é uma emoção, um estado de espírito ou um sentimento que faz parte das experiências que a vida oferece.¹⁶